



**CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTORIA
CURSO LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

AUGUSTO SILVA BORGES

**HISTÓRIAS DE TRÁFICO DE NEGROS AFRICANOS, ESCRAVIDÃO E
RESITÊNCIA NO BRASIL**

**GUARABIRA
2016**

AUGUSTO SILVA BORGES

**HISTÓRIAS DE TRÁFICO DE NEGROS AFRICANOS, ESCRAVIDÃO E
RESITÊNCIA NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de licenciada em História.

Orientador (a): Profa. Dra. Edna Maria Nóbrega Araujo.

GUARABIRA
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B732 Borges, Augusto Silva
Histórias de tráfico de negros africanos, escravidão e
resistência no Brasil [manuscrito] / Augusto Silva Borges. - 2016.
9 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.
"Orientação: Edna Maria Nóbrega Araujo., Departamento de
História".

1. Escravos Africanos. 2. Tráfico. 3. Resistência no Brasil.
I. Título.

21. ed. CDD 981.33

AUGUSTO SILVA BORGES

HISTÓRIAS DE TRÁFICO DE NEGROS AFRICANOS, ESCRAVIDÃO E
RESISTÊNCIA NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de licenciada em História.

Orientador (a): Profa. Dra. Profa. Dra. Edna Maria Nóbrega Araújo.

Aprovada em: 30/06/2018

BANCA EXAMINADORA

Edna Maria Nóbrega Araújo

Profa. Dra. Edna Maria Nóbrega Araújo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Orientadora

Joedna Reis de Menezes

Profa. Dra. Joedna Reis de Menezes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Examinadora

Mariângela Vasconcelos Nunes

Profa. Dra. Mariângela Vasconcelos Nunes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Examinadora

HISTÓRIAS DE TRÁFICO DE NEGROS AFRICANOS, ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA NO BRASIL

BORGES, Augusto Silva *

RESUMO

A proposta deste artigo é apontar algumas formas de resistências acionadas pelos escravos africanos as imposições que lhes eram ditadas pelos senhores escravocratas. Tais contestações se expressavam na redução do ritmo de trabalho, na prática de aborto, na destruição de ferramentas e as fugas. Aborda-se ainda o processo de captura dos negros africanos em suas terras e como este era vendido no Brasil. Por isso foi relevantes algumas leitura entre as quais: Mattoso, Kátia. M de Queiros (2003), Prandi, Reginaldo (2000). Ziegler, Jean (1972), Queiroz, Suely Robles Reis (1990).

Palavras-chave: Escravos africanos, Tráfico, Resistência.

INTRODUÇÃO

A opção pelo africano se deu porque o tráfico era uma das formas mais lucrativas do sistema colonial, e no caso do Brasil, o país se encontrava como a única nação independente que estava envolvida com o tráfico negreiro e possuía o mais diverso e amplo sistema escravista. É tão provável que mesmo declarado ilegal em 1831, o comércio negreiro prossegue até 1850 e é totalmente abolido apenas em 1888. Dessa forma se percebe as circunstâncias históricas que caracterizam o processo de “comercialização” de escravos no Brasil.

É importante ressaltar que em meados do século XVI um relevante número de negros escravizados começava chegar a América portuguesa, onde existe uma grande divergência sobre qual a quantidade exata de negros africanos trazidos ao Brasil durante o período que durou o tráfico. Fala-se em 5, 6, 7, 8 e até 9 milhões de escravos que, tirados de sua terra, foram “jogados” no então chamado Novo Mundo. A ambição por riquezas fáceis era o motor que movia os colonizadores. (MATTOSO, 2003, p.19.).

Na ausência de braços para o trabalho na cana e em todas as demais atividades a economia brasileira necessitaria de mão-de-obra escrava e isso fez com que a chama do

* Aluno de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III.

tráfico se mantivesse acesa durante todo o período de escravidão, até mesmo quando o tráfico de escravos foi considerado ilegal, em 1850.

É interessante dá ênfase que escravidão não é algo completamente novo aos olhos dos povos africano. Antes da invasão dos europeus, os mesmos já a praticavam. Todavia escravidão praticada por eles anteriormente era bem diversificada da que seria aplicada em solo brasileiro. Nas sociedades africanas mais hierarquizadas, a escravidão existia, mas esta é quase patriarcal: o cativo se integra à família e não poderia ser vendido.

Entretanto, a partir do século xvi, este modelo de escravidão patriarcal vai declinar, pois o mesmo desejo por lucro que moveu os mercadores europeus, moveu também os africanos, fazendo com que a captura de seus irmão de cor fosse algo bastante comum. Dai alguns autores defendem que os maiores beneficiados com o tráfico de negreiro foram os chefes tribais que, não obstante vendiam seus cativos de guerra. Houve momentos em que os negros africanos desempenhavam outros papéis sendo verdadeiros desbravadores em guerras e revoltas com destaque para Henrique Dias, um filho de escravo liberto que formou um batalhão para lutar contra holandeses na batalha de Guararapes (1648 – 1649), em Pernambuco sendo considerado um herói. No Brasil o tratamento dado aos escravos de um modo geral não mudava, tanto quanto sua forma de viver e as suas formas de resistência. De um modo geral, apresentavam poucas variações de uma região para outra.

Apesar de serem lançados a força ao território brasileiro, desempenharam um papel fundamental na formação de nossa sociedade.

1. O TRÁFICO

“Na África ate o século XV os negros poderiam ser escravizados de várias formas, dentre essas formas havia maneiras legais (consideradas tradicionais) e os meios ilegais”. (CONRAD, 1985.p.49)

Robert Conrad nos mostra que, dentre as formas “legais”, estavam: a condenação por juízes locais africanos por adultério ou roubo; a substituição de familiares por escravos masculinos; e prisioneiros de guerra. São consideradas “ilegais”: o rapto e venda de parentes próximos por chefes de família; ataques a lugares remotos, organizados pelos tangos-mangos ou lançados, para aprisionamento de tantos negros quanto pudesse; grupos africanos que

capturavam cativos injustamente e diziam que eram prisioneiros de guerras justas; e finalmente portugueses que escravizavam parentes livres de fugitivos.

Na escravidão brasileira é importante ressaltar que além das péssimas qualidades da comida e o trabalho em excesso, os escravos conviviam com diversas outras formas de abusos. Aqueles que não cumprissem com seus deveres de modo correto e eficaz dessem sinais de fadiga, cometessem roubos, tentassem escapar ou afrontar seus superiores ou estivessem relacionados em qualquer situação considerada irregular recebiam duros castigos físicos. Os infratores poderiam, por exemplo, ser amarrados em troncos de árvores ou nos pelourinhos e surrados com chicote de madeira ou de couro. Para que não fugissem, eram presos uns aos outros por meio de correntes ou tinham bolas de ferros atadas as pernas, além disso as mulheres eram vítimas de constantes violências sexuais.

Todo o processo de captura, transporte, venda e adaptação fez com que muitos negros morressem ao longo desse percurso. É comum pensar que a maioria desses cativos morreu durante a travessia marítima, mas estudos mostram que a maioria morria ainda na África, durante a caminhada que enfrentavam desde seu aprisionamento até sua chegada aos portos de embarque na costa africana, e depois do desembarque no Brasil.

O Brasil teve sede de braços para o trabalho rural, o norte e o nordeste fundaram sua riqueza sobre a produção em massa de alguns artigos primários de exportação, dentre os quais a cana-de-açúcar foi por décadas o produto mais influente na economia brasileira, sobretudo nas áreas litorâneas.

Quando nos remetemos ao Brasil, percebemos a condição de mercadoria a que o negro foi submetido, desde sua captura na África, fica claro:

Os africanos que chegavam ao Rio de Janeiro (...) eram levados primeiramente à alfândega, onde eram arrecadados os impostos sobre todos os que tinham mais de três anos. Daí iam para a quarentena (...) onde de acordo com a lei eram confinados por pelo menos oito dias, tratados de suas doenças, e recebiam comida fresca e uma nova muda de roupas. Daí normalmente chegavam às mãos de um mercador de escravos. CONRAD, 1985, p.58).

Na nova terra, o negro africano deparava-se com todo um cenário montado especialmente para facilitar e acelerar sua adaptação. Entretanto, engana-se quem pensa que eles são público nesse “espetáculo”. Eles são, na verdade, atores fundamentais no

desenvolvimento desse processo, fazendo parte desse jogo de tática e estratégia que foi o período da escravidão brasileira.

O receio de uma revolta de escravos esteve presente ao longo de toda a história da escravidão no Brasil. Visando a defesa de seus interesses, a política oficial da Coroa não estimulava o agrupamento de africanos de mesma origem, temendo possíveis sublevações. Além disso, por serem normalmente vendidos em mercado aberto, peça por peça, era difícil manter negros de uma mesma etnia juntos, quebrando, dessa forma, sua língua e cultura originais. O africano via-se obrigado a viver numa miscelânea lingüística e cultural.

Todavia os senhores de escravos sabiam que era importante algumas concessões para evitar-se revoltas. O chamado “costume do Brasil” ou “brecha camponesa” é um grande, senão o maior exemplo dessas concessões. Cediam-se pequenos lotes de terras aos escravos, que neles podiam cultivar mantimentos, como milho e mandioca, e criar alguns animais. Além disso, alguns dias, como sábado, domingo e dia santo eram designados para o cultivo nessas terras; possibilitando, inclusive, a comercialização de algum excedente.

2. FORMAS DE RESISTÊNCIA

Apesar de vários tipos de escravização do negro, muitos deles conseguiam dispersar seus senhores e romper as variadas barreiras que lhes prendiam a escravidão alguns meios que os negros encontraram para afrontar seus donos, por exemplo, era reduzir seu ritmo de trabalho, sabotar as máquinas, destruíam ferramentas, incendiavam plantações, há relatos de que mulheres grávidas não querendo ver seus filhos escravos abortavam, como também tentativas de homicídio aos senhores, um dos contestes dos escravos foi a Revolta dos Malês (Bahia, 1835) e a Balaiada (Maranhão, 1838-1841). Uma das resistências mais comuns eram as fugas, eles fugiam das senzalas e procuravam os quilombos onde passavam a residir alguns encontravam abrigo junto a população mestiça do sertão, outros, com o aumento das áreas urbanas se infiltravam nas cidades tentando se integrar a sociedade.

Os senhores usavam diferentes formas para tentar manter a ordem e evitar manifestações. Era comum muitos senhores incitarem divergências entre diferentes etnias existentes entre seus grupos enfraquecendo ou destruindo uma possível relação de paz. Mas quando nenhum dessas estratégias surtia o efeito desejado pelo senhor, ele não abria mão dos

castigos para impor sua autoridade. Ao lado das concessões caminhava a violência – fosse ela psicológica, cultural ou física – sendo que esta última devia ser aplicada de forma exemplar, de maneira que servisse de alerta aos outros negros. Ao longo de vários séculos o negro era visto como uma propriedade privada, ou seja, uma mercadoria que tinha como dono o seu senhor podia ser trocado como um produto qualquer de acordo com o interesse de seus investidores.

É importante analisarmos que com a expansão das atividades comerciais nos centros urbanos, a escravidão também se urbaniza, o que traz para o escravo uma maior mobilidade nos núcleos urbanos, sem contar que nas cidades os escravos tinham empregos diversos, algo que era negado aos escravos rurais, e muitas das vezes poderiam até ser concedidos mas mediante negociação com seu senhor. Dentre os trabalhos executados nas cidades pelos escravos estavam o carregamento de objetos, pessoas, além da responsabilidade da distribuição dos alimentos que abasteciam grande parte dos centros urbanos.

Devido a convivência com os mais diferentes tipos de gente percebia-se a dificuldade em reconhecer traços próprios de sua cultura, ou por terem absorvidos traços brasileiros em sua formação, ou pelo que alguns autores chamam de “branqueamento” da cultura africana. No caso do Ceará o autor Prandi afirma que:

Como caso externo, o Ceará, assolado pela seca, viu-se obrigado a se desfazer de quase toda a escravaria, pois restava aos senhores venderem os escravos para comprar comida para si e suas famílias, vindo a se tornar o mais branco dos estados brasileiros, não só racialmente, mas também culturalmente: no âmbito das religiões, emblematicamente, é o estado mais católico e menos afro-brasileiro do país. (PRADI, 2000, p.57).

Não temos como afirmar em relação ao Ceará possuir o menor número de negros em decorrência da seca, porém segundo o censo de 1872, existia 42.593 negros¹. Número pouco expressivo se comparado a população cearense, que era de aproximadamente 721.713 pessoas. (SOUZA, 2002, p.105).

Devemos observar o imenso interesse dos senhores em estimular esse “branqueamento” aliado a um incentivo a perda de valores originais de sua cultura, pois tais atitudes eram uma forma de evitar que os negros se unissem para lutar contra o sistema

¹ Censo demográfico de 1872. Apud: FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: SOUZA, Simone(org) **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p.105.

escravista e embora os senhores tenham tentado promover esse apagamento cultural, muitas práticas típicas conseguiram sobreviver, como a religiosidade.

Uma das formas mais temidas de resistência escrava eram as fugas, que conseqüentemente provocavam a formação de novos aldeamentos coletivos, que eram chamados de quilombos. Em muitos dos casos essa era a primeira solução encontrada para fugir da violência a que eles eram submetidos, fruto dessa dominação branca.

Muitos desses escravos além de procurarem os quilombos, se refugiavam nas cidades, onde conseguiam empregos através de outros senhores, em diversos tipos de serviços, que surgiam esporadicamente, como se eles fossem escravos forros. Um dos tipos de atividades que eram desenvolvidas por estes escravos era o comércio ambulante, mas nem todos tinham a mesma sorte, pois alguns eram capturados por seus senhores, e submetidos a castigos devido a sua fuga.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que muitos escravos não aceitavam as situações que lhe eram impostas e buscavam as mais diversas formas de resistência, que muitas vezes foi interpretada como uma forma de submissão, muitos se suicidavam, desobedeciam as ordens de seus senhores, fugiam e todas essas formas de resistência eram mal vistas por seus senhores, pois eles temiam perder suas vidas e principalmente perder o dinheiro que era investido na compra desses escravos. Os escravos que fugiam e se refugiavam em quilombos faziam com que essa comunidade que lutava contra a sociedade escravista crescesse e tomassem novas proporções.

Os africanos se impuseram de diversas maneiras, legando-nos, palavras próprias do nosso vocabulário, pratos típicos, crenças religiosas, festas populares, onde talvez os seus valores culturais tenham sido sua maior forma de resistência, que mesmo sendo submetidos a padrões, não perderam as características que lhe eram peculiares. Dessa forma percebemos que as atitudes dos escravos não se tratavam de uma submissão, mas de uma maneira habilidosa de resistir, e fazer prevalecer os traços que eram próprios de sua cultura.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the figure of the African slave as well as the ways in which they are used as a way to resist the impositions that you were intended, as a reduction in the pace of work, destruction of work tools, damage of crops, miscarriages, besides common resistors which were leaks. We follow an approach to the process of how was the process of enslavement of black Africans who were captured on their land and sold as commodities in Brazil, and all that it was being imposed. No part of the New World slavery practiced on a large scale as Brazil, getting one of the largest African numbers and still the country that practiced longer slavery.

Keywords: African slaves, Traffic, Resistance.

REFERÊNCIAS

FUNES, Eurípedes Antônio. “Negros no Ceará”. In: SOUZA, Simone. **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MATTOSO, Kátia M. de Queiros. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. **Revista USP**. São Paulo: USP, no.46, pp.52-65, jun/jul/ago 2000,

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Através de um prisma africano: uma nova abordagem do estudo da diáspora africana no Brasil. **Revista Tempo**. Rio de Janeiro: UFF, no. 12, PP 11-50, dez/2001.

SLENES, Robert W. “Malungo, ngoma vem! África coberta e descoberta no Brasil. **Revista USP**. São Paulo: USP, no.12, PP 48-67, dez/jan/fev, 1991/92.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. “Os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial”. In: **Ideologia e escravidão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

ZIÉGLER, Jean. **O poder Africano**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.